



Médicos de Caçador retornam ao trabalho, mas mantêm estado de greve

Os médicos que atuam na Secretaria Municipal de Saúde de Caçador decidiram retornar ao trabalho em Assembléia Regional, realizada no dia 26 de janeiro - continuação da Assembléia de 28 de outubro, que se manteve aberta. Eles haviam paralisado as atividades no dia 1º de dezembro do ano passado porque a Câmara Municipal não aprovou lei que previa a alteração da jornada de trabalho, além de melhores salários e condições de trabalho para a categoria, prejudicando negociação entre os médicos e o gestor da Saúde no município.

A decisão de voltar ao trabalho ocorreu após uma série de reuniões, realizada no mesmo dia, entre lideranças das entidades médicas estaduais e regionais e autoridades de Caçador. A primeira reunião aconteceu às 14 horas, com o Promotor de Justiça da cidade, Benhur Betiolo. Ele recebeu os representantes das entidades médicas, que foram denunciar a ilegalidade da contratação de cooperativa, pela Prefeitura Municipal, para substituir os médicos paralisados, e solicitar providências. Dr. João Pedro Carreirão Neto, Presidente do SIMESC (Sindicato dos Médicos do Estado de SC), deixou clara a inconstitucionalidade do ato e informou que o Sindicato já entrou com representação junto ao Ministério Público do Trabalho por se caracterizar improbidade administrativa. O Promotor afirmou que vai investigar os fatos.

Em seguida, os médicos reuniram-se com o presidente da Câmara Municipal de Caçador, Antônio Gilberto Gonçalves, a fim de solicitar a aprovação de lei que resolva a situação dos médicos do município. Ele, por sua vez, solicitou que os médicos retornassem ao trabalho para que pudessem ocorrer negociações. O Prefeito em exercício, Lucir Telmo Christ, também se reuniu com as lideranças médicas, quando informou que está disposto a negociar. O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Valmor de Paula também ouviu as lideranças médicas e colocou-se como parceiro na luta por melhores salários e condições de trabalho para os médicos.

As reuniões foram coordenadas pelo Presidente Regional do SIMESC, Dr. Cláudio Araldi e contaram com a presença do COSEMESC (Conselho Superior das Entidades Médicas do Estado de SC).

Os médicos reunidos em Assembléia Regional, após esses encontros, decidiram pelo retorno ao trabalho nos moldes do sistema anterior (agendamento de consultas, sem horário fixo e sem controle eletrônico do ponto), porém, em estado de greve. Eles também querem o pagamento dos salários não pagos, imediato retorno das negociações com a Câmara de Vereadores, e prazo de sessenta dias para a solução do impasse, quando será feita nova avaliação do movimento. Os médicos de Caçador também deixaram claro que estão dispostos a retomar a paralisação caso as negociações não tragam resultados satisfatórios.

A Assembléia contou com presença massiva dos médicos que atuam no município. Representaram o SIMESC os Drs. João Pedro Carreirão Neto, César Ferraresi, Zulma Carpes e João Batista Bonnassis Junior. Pela ACM (Associação Catarinense de Medicina) estavam os Drs. Genoir Simoni, também Coordenador do COSEMESC, e Aguiel José Bastian Junior. O CREMESC (Conselho Regional de Medicina de SC) estava representado pelos Drs. Wilmar Gerent e Armando d'Acâmpora. Estavam presentes, ainda, lideranças de Caçador, como a Dra. Maria Lúcia Bertolini, da Associação Médica de Caçador e os Diretores Regionais do Sindicato, Drs. Cláudio Araldi e Pedro Roman Ros.

Caçador perde médica Ginecologista e Obstetra

O SIMESC lamenta a perda irreparável da Dra. Maria da Graça Araldi Barreiro, irmã do Presidente Regional do SIMESC, Dr. Cláudio Araldi, que faleceu de forma trágica no dia 20. Ela tinha 54 anos e atuava em Caçador como Ginecologista e Obstetra. Era médica sindicalizada e atuante nas atividades sindicais. O Sindicato dos Médicos solidariza-se à dor da família.



SIMESC

Comunicação Interna

1ª e 2ª quinzenas de janeiro/2007

COSEMESC pede agilidade para votação do PL que institui a Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica

Lideranças do COSEMESC (Conselho Superior das Entidades Médicas do Estado de SC) reuniram-se com o Secretário de Estado da Saúde, Dado Cherem, e o Presidente da ALESC (Assembleia Legislativa do Estado de SC), Deputado Júlio Garcia, no dia 29, a fim de solicitar agilidade na votação do Projeto de Lei que institui a GDPM (Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica) aos médicos servidores públicos estaduais.

Como o Projeto de Lei só chegou à Assembleia no dia 22 de dezembro, não foi levado à votação na legislatura que se encerrou em 2006, o que causou o seu arquivamento. O pedido de desarquivamento do PL para votação pelos Deputados Estaduais só pode ser feito pelo líder do governo na ALESC ou pelo Governador.

Diante dessa situação, o Secretário da Saúde e o Presidente da ALESC comprometeram-se em conversar com o líder do Governo no Legislativo, Deputado João Henrique Blasi, no sentido de solicitar que a proposta seja colocada em regime de urgência para votação, passando a vigorar até o final de março.

A GDPM, que deverá ser implantada em substituição ao Pró-Labore, é fruto de negociação entre as entidades médicas catarinenses com o governo do estado, através das Secretarias de Estado da Saúde, da Administração e da Articulação Política, definindo melhorias salariais no PCV (Plano de Carreira e Vencimentos) aos médicos que atuam na rede estadual de Saúde.

As demais melhorias no PCV conquistadas já foram aprovadas pela Assembleia Legislativa e sancionadas pelo Governador, tornando-se a Lei Complementar 369, de 27/12/2006. As conquistas entraram em vigência em 1º de janeiro e deverão constar no próximo contracheque dos médicos que atuam na rede estadual.

Participaram da reunião de negociação o Coordenador do COSEMESC e Presidente da ACM (Associação Catarinense de Medicina), Dr. Genoir Simoni, o Vice-Presidente do SIMESC, Dr. Vanio Lisboa, e os Superintendentes da Secretaria de Estado da Saúde, Dr. Roberto Hess de Souza e Lester Pereira.

1 - Aposentadoria - A Assessoria Previdenciária do SIMESC verificou, em estudos realizados, que o INSS tem beneficiários com direitos pendentes a serem exercitados. Para saber se você tem esse direito, devem ser verificadas as seguintes questões: sua aposentadoria ficou limitada a 10 salários mínimos, quando suas contribuições eram de 20 salários mínimos? A Renda Mensal Inicial de sua aposentadoria foi calculada sobre o salário benefício limitado ao teto? Sua aposentadoria por invalidez decorreu da conversão do Auxílio-Doença? A Assessoria informa, ainda, que o documento que ajudará a responder a essas perguntas é a Carta de Concessão entregue por ocasião do deferimento do benefício. "Ela é imprescindível para verificar o seu direito", afirma a Assessora Previdenciária do SIMESC, Dra. Lucíla Moura Santos Cardoso. Para maiores informações, consulte a Assessoria Previdenciária, pelo fone (48) 3028-4085.

2 - INSS de autônomos - O SIMERS (Sindicato Médico do RS) obteve vitória inédita junto ao STF (Supremo Tribunal Federal), que reconheceu o direito à redução tributária para os médicos autônomos, prestadores de serviços para as entidades isentas de contribuições previdenciárias. A redução da alíquota do INSS sobre o valor da remuneração passa de 20% para 11%, mesmo desconto dos profissionais autônomos que atuam em instituição com finalidade lucrativa. O acórdão foi publicado no Diário Oficial e vai beneficiar os integrantes do quadro de sócios do SIMERS no período do ajuizamento da ação coletiva. A decisão abre precedente para profissionais de outros estados buscarem a mesma redução tributária. (Assessoria de Imprensa do SIMERS)

3 - Repasse Financeiro - A Tesouraria do SIMESC realizou, no dia 26, o repasse financeiro do segundo semestre de 2006 para as Diretorias Regionais. Cada uma das 21 Diretorias tem direito a 30% do valor das contribuições dos médicos sindicalizados da região em dia com a Tesouraria. Foram repassados, ao todo, R\$ 51.981,20. O repasse financeiro é realizado duas vezes por ano.